

O NOVO PERIGO ALEMÃO: A PRESENÇA REAL E IMAGINÁRIA DOS ALEMÃES NO BRASIL DURANTE O SÉCULO XX

The new german danger: the real and imaginary presence of the germans in brazil during the 20th Century

Marcos Eduardo Meinerz¹

Márcio José Pereira²

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar como o imaginário do “perigo alemão”, formado no Brasil no início do século XX, transformou-se ao longo tempo até se configurar no que se denomina de “novo perigo alemão”. Tal perigo, baseado em estereótipos e preconceitos, afirmava que os imigrantes e descendentes do país ajudariam a Alemanha imperialista em uma suposta dominação do continente durante as primeiras décadas do século. Contudo, após o término da Segunda Guerra Mundial, há uma transformação nesse imaginário. A partir daquele momento, formou-se a crença de que os vários criminosos de guerra nazistas que fugiram da Europa (entre eles Mengele, Klaus Barbie e Adolf Eichmann), escondendo-se no Brasil e em outros países do continente, estariam conspirando para reerguer o nazismo e, assim, formar um IV Reich em seus novos lares, contando com o apoio de descendentes e imigrantes alemães ali residentes. Verificou-se isso na existência de grande quantidade de reportagens de jornais e revistas, bem como em literaturas conspiratórias publicadas após o término do conflito, que enfatizam essa suposta relação dos imigrantes e descendentes alemães com a suposta formação de um novo Reich. Do ponto de vista teórico-metodológico, fundamentamo-nos na abordagem do historiador Raoul Girardet, que identifica as conspirações como um dos mitos políticos presentes no imaginário da sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Perigo alemão; Nazismo; Imaginário.

1 Professor da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Email: markosmeinerz@gmail.com

2 Professor da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Email: marcio.pereira@unespar.edu.br

ABSTRACT

The aim of this article is to analyze how the imaginary of the “German danger”, formed in Brazil at the beginning of the 20th century, has evolved over time, shaping what we call the “new German danger”. This danger, based on stereotypes and prejudices, claimed that immigrants and descendants from Germany would aid imperialist Germany in a supposed domination of the continent during the early decades of the century. However, after the end of World War II, a transformation occurred in this imaginary. From that moment on, the belief emerged that various Nazi war criminals who fled Europe (including Mengele, Klaus Barbie, and Adolf Eichmann), hiding in Brazil and other countries on the continent, were conspiring to resurrect Nazism and establish a Fourth Reich in their new homes, with the support of resident German descendants and immigrants. We verify this in the existence of a significant number of newspaper and magazine articles, as well as conspiratorial literature published after the conflict, emphasizing this alleged relationship between German immigrants and descendants and the formation of a new Reich. From a theoretical-methodological standpoint, we rely on the approach of historian Raoul Girardet, who identifies conspiracies as one of the political myths present in the contemporary society’s imaginary.”

Keywords: German danger; Nazism; Imaginary.

Os medos e os perigos, sejam eles reais ou imaginários, sempre estiveram em um diálogo permanente com a vida dos indivíduos, das coletividades e das próprias sociedades humanas, desempenhando um papel importante no desenvolvimento de suas histórias. Ao longo do tempo, houve inúmeros exemplos de sua manifestação: o crescimento do medo e do discurso apocalíptico registrado magistralmente por Georges Duby (1967) ao analisar a passagem do Ano Mil; a aflição e a miséria registrada por Giovanni Boccaccio (1353) no *Decameron* e ilustrada no quadro “O triunfo da morte”, de Pieter Bruegel (1562), por ocasião da peste; e o “Grande Medo de 1789” no contexto da Revolução Francesa, estudado profundamente por Georges Lefebvre (1979).

No Brasil não foi diferente. Por exemplo, o governo Getúlio Vargas divulgou ao povo brasileiro, em setembro de 1937, um documento intitulado “Plano Cohen”, que revelava uma suposta conspiração por parte dos comunistas com o objetivo de tomar o poder no Brasil. A conspiração foi apresentada no programa de rádio Hora do Brasil pelo então chefe do

estado-maior do exército, general Góes Monteiro. Logo depois de difundir esse medo na sociedade, o governo decretou Estado de Guerra, perseguiu os seus opositores e colocou em vigor uma nova constituição que eliminava partidos políticos, autorizava prisões, invasão de domicílios e instituía a pena de morte no país. Com a institucionalização do medo, Vargas ganhou o apoio social necessário para instituir a ditadura do Estado Novo, entre 1937 e 1945. “Como se soube anos mais tarde, o suposto plano comunista não passava de um embuste criado para manter Vargas no poder” (PAS-TOR DE CARVALHO, 2021). Ainda antes da adesão do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos EUA, não eram incomuns reportagens que denunciavam planos alemães de invasão ao Brasil. Reportagens que não eram desmentidas pelo *staff* oficial de Vargas, uma vez que mantinham a população em alerta e desfocava a ditadura varguista em plena ação.

Posteriormente, em 1964, um dos motivos para que o golpe civil-militar acontecesse no Brasil foi o medo existente em uma grande parcela da população de que o presidente Jango Goulart, com suas reformas de base, estaria conspirando para implementar o comunismo no país. Esse “perigo vermelho” serviu como justificativa para o golpe de 1964, constituindo-se, dessa forma, como um dos elementos que legitimaram o evento.

Também durante o século XX, o Brasil experimentou diferentes momentos de tensão com a Alemanha, especialmente durante as duas grandes guerras mundiais. Esses momentos de conflito ajudaram a construir no imaginário popular brasileiro a fantasia do “perigo alemão”. Baseados em estereótipos e preconceitos, os imigrantes e descendentes de alemães do país representaram duas formas diferentes de medo ou perigo: o primeiro deles consistia na crença de que os países da América do Sul seriam anexados ao *Reich* alemão, por meio da invasão do seu exército, depois da vitória na Primeira Guerra Mundial. A conquista desse acesso ocorreria por meio das colônias de origem germânica estabelecidas no continente, especialmente as localizadas no sul do Brasil. Intelectuais associados ao IHGB, como Romero e Vianna, consideravam essas colônias como verdadeiros “quistos étnicos”. Com a ascensão do nazismo ao poder, em 1933, o medo de uma invasão alemã na América do Sul tornou-se ainda mais plausível, visto que as propostas imperialistas de Hitler não escondiam a intenção

de transformar o Terceiro Reich em um grande império; o segundo medo relacionava-se à política interna desenvolvida por Vargas, que possuía a questão da construção da identidade nacional como um dos pilares de seu governo autoritário. Nessa busca pela brasilidade, grupos étnicos que preservavam suas próprias culturas e tradições, como os alemães em suas colônias, foram considerados indesejáveis e, em alguns casos, perseguidos pelo Estado Novo. O temor era de que esses grupos pudessem representar uma ameaça à integridade nacional ao, supostamente, impedir a unificação da identidade brasileira.

Esses medos ou perigos foram amplamente analisados pela historiografia brasileira. Contudo, existiu um terceiro deles relacionado aos alemães que tem recebido pouca atenção da historiografia: a crença de que os vários criminosos de guerra nazistas que fugiram depois do término da Segunda Guerra Mundial (entre eles Mengele, Klaus Barbie e Adolf Eichmann), escondendo-se no Brasil e em outros países do continente, juntamente com os descendentes e imigrantes alemães ali residentes, estariam conspirando para reerguer o nazismo e, assim, formar um *IV Reich* em suas novas *heimats*.³ Denomina-se esse medo de o “novo perigo alemão”. A sua existência é comprovada por meio de uma vasta produção literária e jornalística dedicada a denunciar tal conspiração (MEINERZ, 2018). Por exemplo, em maio de 1968 o *Jornal da Tarde* publicou a reportagem intitulada “Onde está nascendo o *IV Reich*”, baseada em um relatório do caçador de nazistas chamado Erich Erdstein, que investigou a cidade de Marechal Cândido Rondon, localizada no extremo Oeste do Paraná. Segundo ele, o município era uma nova Alemanha nazista e seus cidadãos mais importantes e protegidos eram Martin Bormann e Joseph Mengele. “A nova Alemanha, há 23 anos do fim da guerra contra Hitler, é presidida

3 A palavra *Heimat*, significa terra natal, ou usando um termo regional aproxima-se de querência. É uma palavra que se origina de *Heim*, lar em português. Como tal, sugere uma realidade construída em que os componentes essenciais são um espaço geográfico concreto e visível, organizado em uma paisagem familiar na qual se abriga a tradição cultural. À percepção da *Heimat* incorporam-se, invariavelmente, a moradia, *das Haus*, *as Heim*, o estar em casa, *der Hof*, o mini-território em que se concretizam a vida e as relações familiares. Significa, portanto, o espaço e o mundo comunal em que a pessoa nasce, cresce e se torna adulta e no qual se enraíza e com o qual desenvolve relações existenciais permanentes. Assim, uma pessoa pode construir a sua *Heimat* em qualquer parte do mundo e a América do Sul seria o novo lar, a sua nova *Heimat*, desde que mantivessem as tradições alemãs (RAMBO, 1994).

por seis nazistas, segundo a polícia. E é também o *IV Reich* em instalação no Brasil” (JORNAL DA TARDE, 1968, p. 10).

Isto posto, o objetivo deste artigo consiste em analisar como o imaginário do “perigo alemão” se transformou ao longo do século XX, até se configurar no que se denomina aqui de “novo perigo alemão”. Ou seja, analisar a historicidade do conceito. Para tanto, dividiu-se o texto em três partes: na primeira, analisou-se a formação do perigo alemão no início do século XX; na segunda, a análise do conceito se concentra durante a era Vargas (1930-1945), abordando a difusão do nazismo para fora da Alemanha; e, finalmente, na terceira parte examina-se, por meio de literaturas e reportagens de jornais e revistas, o imaginário do “novo perigo alemão” que se formou após a Segunda Guerra Mundial. Destaca-se que nas duas primeiras partes do texto, foi imprescindível trazer, ao longo da discussão, os estudos que fizeram contribuições significativas e reconhecidas no campo de pesquisas sobre a suposta tentativa de anexação do Brasil pela Alemanha na primeira metade do século XX. Além disso, esse é um tema altamente relevante para a reflexão sobre o papel dos imaginários na construção de explicações sobre o passado.

O “perigo alemão” – Início do século XX

Um dos primeiros a analisar sistematicamente esse imaginário foi o historiador René Gertz na sua obra “O perigo alemão”, de 1991”. Depois dele, outros historiadores como Luís Edmundo de Souza Moraes (1996), Maria Luiza Tucci Carneiro (1997), Marionilde Dias Brepohl de Magalhães (1998), Priscila Ferreira Perazzo (1999), Taís Campelo Lucas (2011) e João Fábio Bertonha e Rafael Athaides (2021), dedicaram partes de seus trabalhos a analisar a questão do “perigo alemão” na primeira metade do século XX, principalmente durante a era Vargas e a ascensão do nazismo ao poder na Alemanha. Pode-se afirmar que esse medo foi alimentado por diferentes fatores. Um deles foi a forte presença de imigrantes alemães no Brasil, concentrados principalmente nas regiões Sul e Sudeste do país, que,

muitas vezes, mantinham laços culturais e familiares com a Alemanha, o que nutria a desconfiança e a suspeita sobre suas atividades.

De acordo com Gertz (1991), a temática principal desse imaginário era a ideia na qual o *II Reich*, ou Império Alemão, procuraria anexar os países do sul da América Latina ao seu território, devido a sua política expansionista do final do século XIX e início do XX. A região permaneceria como local de influência econômica ou de controle direto por parte dos germânicos, com os imigrantes e seus descendentes ali residentes desempenhando um papel destacado nesse empreendimento, colaborando em uma possível dominação.

Esse medo já existia entre muitos países europeus desde o final do século XIX, devido à política imperialista da Alemanha junto aos povos asiáticos e africanos. No Brasil, intelectuais e jornalistas produziram muitos trabalhos sobre a temática, como o livro de Sílvio Romero, “*O alemanismo no sul do Brasil*”, de 1906. Romero foi um dos mais ferrenhos defensores da ideia de que os alemães realmente queriam anexar os países do sul do continente ao seu território. Por eles “ostentarem desprezo pela vida pública nacional, por serem avessos à assimilação e pela aversão que tinham a tudo o que era brasileiro” (ROMERO, 1906, p. 52). Romero propôs algumas medidas com o objetivo de evitar um possível desmembramento do Sul do Brasil: proibir as grandes compras de terrenos pelos sindicatos alemães; vedar o uso da língua alemã nos atos públicos; forçar os colonos a aprenderem o português, multiplicando entre eles as escolas primárias e secundárias, munidas dos melhores mestres e dos mais seguros processos; ter o maior escrúpulo, o mais rigoroso cuidado em mandar para as colônias, como funcionários públicos de qualquer categoria, somente a indivíduos da mais esmerada moralidade e de segura instrução; fundar, nas zonas de Oeste, tolhendo a expansão germânica para o interior, fortes colônias militares de gente escolhida no exercício (VOGT, 2007).

Com o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914, a ideia ganhou impulso, foi adquirindo corpo, “passando a ser largamente debatida como forma de campanha contra os alemães, vistos como inimigos” (PERAZZO, 1999, p. 50). Nesse contexto, ocorreram tensões entre brasileiros e alemães, pois os primeiros consideravam os alemães como representantes de um

país belicoso. No mesmo ano do início do conflito, Raimundo Bandeira (escrevendo sob o pseudônimo de Arbivohn) publicou o livro “*O perigo prussiano no Brasil*”. Segundo o autor,

Nas escolas allemãs, as crianças aprendem que o Brazil é um paiz selvagem, habitado por uma raça de mulatos turbulentos e deshonestos, incapazes do *selfgovernment*; e compulsam mappas geographicos, adrede preparados, em que as provincias meridionais do Brazil figuram como domínios da corôa prussiana [...]. O Reichstag de Berlim vota anualmente uma verba para as escolas públicas alemãs do Brasil; os médicos, dentistas e advogados diplomados pelas universidades de além-Reno exercem livremente as suas profissões nas colônias teutônicas do sul. As eleições de deputados e senadores são feitas de acordo com aquelas colônias, cujos chefes políticos não se esquecem de consultar o ministro do Kaiser, acreditado no Rio de Janeiro [...]. Já estavam em elaboração em Berlim os códigos civil e criminal para aquela região, por ordem imperial alemã (sic)A (ARBIVOHN, 1914, p. 15).

Bandeira acreditava veementemente que a anexação das províncias do Sul do Brasil, como Santa Catarina e Rio Grande do Sul, por parte dos alemães, estava muito próxima de acontecer. Faltaria somente a arrecadação de alguns impostos federais que seriam remetidos a Berlim. Depois disso, a Alemanha estenderia de vez seus tentáculos imperialistas primeiramente sob o Brasil e, posteriormente, sob o restante do continente.

Em 1915, foi a vez do paranaense Raul Darcanchy escrever o livro “*O pangermanismo no sul do Brasil*”. De acordo com o historiador Olgario Vogt (2007, p. 234), Darcanchy criticava sistematicamente os alemães que viviam em Santa Catarina por meio de artigos publicados em jornais do Paraná e do Rio de Janeiro os quais tinham como objetivo, entre outros, chamar a atenção dos poderes públicos nacionais para os processos importunos do alemanismo no Sul do Brasil e combater a estupidez lastimável dos que negavam a existência do “perigo alemão”, induzidos por mero sentimento de afetividade à raça germânica.

Gertz mostra como o imaginário do “perigo alemão” estava amplamente difundido e presente no pensamento de muitos.

O barão de Cotegipe, por exemplo, manifestou seu temor: “De algum tempo para cá estão acontecendo na Europa as coisas mais incríveis. Uma grande potência procura reconstruir no além-mar o velho sistema colonial. Se continuarmos a estabelecer em nossas províncias grande parte de seus imigrantes, esta potência não terá dificuldades de um dia estender suas fronteiras sobre o nosso território” (GERTZ, 1991, p. 16).

Contudo, a campanha contra o “perigo alemão” não foi baseada em pura fantasia, sem qualquer referência na realidade. Esse imaginário sustentou-se a partir de certas interpretações de costumes e tradições de grupos de imigrantes alemães. A acusação repetida contra eles e seus descendentes era o da não-integração, mantendo-se à margem das nações, visto que eles não se miscigenavam e conservavam a sua língua, seus costumes e o legado cultural da Alemanha. Os estudos de Romero já enfatizavam a qualidade de povo “bárbaro e conquistador” dos alemães. Para o autor, cedo ou tarde, se não houvesse uma intervenção do Estado brasileiro, o único resultado a se esperar era a separação das colônias do sul do país e a preservação do caráter nacional alemão.

A manutenção dos costumes e tradições baseava-se no “germanismo”, um sentimento nacionalista que servia como defesa da pureza étnica e da identidade cultural e religiosa dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil e na América do Sul. Isso significava a “aversão a casamentos interétnicos, manutenção da língua, através da educação formal e informal, e do cultivo de costumes alemães, através da educação informal em instituições diversas, incluindo as religiosas” (GERTZ, 2008, p 132). Como resultado dessa ideologia, houve uma ampla difusão no Brasil, por exemplo, de instituições culturais, recreativas, esportivas, religiosas, sociais e econômicas, associações escolares e de professores, sínodos luteranos, associações socioeconômicas, como o *Volksverein* (União Popular), ligas esportivas, sociedades recreativas e jornais em língua alemã (GERTZ, 2008).

Todos esses fatores elencados eram um forte indicativo para realmente se preocupar com o “perigo alemão” que representou a crença enraizada no imaginário coletivo de que os alemães estariam conspirando para anexar parte da América Latina ao seu território desde o começo do século

XX. Ele se estendeu “com intensidade variável por quase quarenta anos, até a Primeira Guerra, quando a derrota alemã enfraquecera seu principal argumento: as pretensões imperialistas da Alemanha” (GERTZ, 1991, p. 16).

Torna-se importante ressaltar que a Primeira Guerra Mundial e seus acontecimentos tiveram um impacto significativo nas relações entre brasileiros e alemães. Conexões foram severamente interrompidas em diversos aspectos, desde a desconfiança causada pelas tentativas alemãs de manter o Brasil neutro, até os problemas decorrentes da interrupção de contratos econômicos e fornecimento de serviços por indústrias alemãs no Brasil. Além disso, houve um forte repúdio e escárnio dos brasileiros em relação aos alemães e à sua cultura, especialmente, devido ao afundamento de navios brasileiros por submarinos alemães, em 1916. Esses eventos contribuíram para uma ruptura significativa nas relações bilaterais entre os dois países.

Com a adesão do Brasil como um exportador de matérias primas aos países contrários à Alemanha, a relação degradingolou. De acordo com Rinke (2014), a guerra naval não apenas devastou o comércio entre a Alemanha e o Brasil, mas também representou uma ameaça aos investimentos realizados por empresas germânicas e germano-brasileiras. Os britânicos destruíram cabos elétricos e realizaram uma caçada implacável a comerciantes e estabelecimentos comerciais alemães, utilizando listas para eliminar as influências alemãs do país e obter ganhos materiais. Entretanto, quem mais se beneficiou dessa ruptura não foi a Inglaterra, mas sim os Estados Unidos. Em 1917, quando os EUA entraram na guerra, a situação mudou radicalmente. A guerra submarina alemã, sem restrições, resultou no afundamento de outro navio brasileiro em abril de 1917. O governo brasileiro, sob o comando de Venceslau Brás, arroxou as relações imediatamente.

Entretanto, mais navios brasileiros foram afundados e a presidência não pode mais resistir a dupla investida: externa, de países como Inglaterra e EUA; e interna, de parte da população que foram as ruas, depredaram comércios ligados à comunidade alemã e declaravam seu sentimento anti-germânico de forma expressiva. A historiadora Pamela Fabris (2014) enfatiza o peso das medidas restritivas impostas pelo governo federal a partir da oficialização do rompimento. A estratégia governamental procurava monitorar e regular a comunidade de alemães nas cidades. Ao identificar

esses indivíduos, as autoridades podiam criar uma rede de informações mais ampla, uma vez que os registros revelavam seus endereços e profissões. Além disso, é possível que os responsáveis pelos registros também estivessem interessados em conhecer o número de “súditos do kaiser” que aqui viviam, a fim de avaliar o potencial perigo que essas pessoas poderiam representar. “Na interpretação dos governantes e autoridades, no limite, todos os que deveriam registrar-se eram considerados ‘suspeitos’. Daí a vigilância e o controle ostensivo” (FABRIS, 2014, p. 167).

Entende-se que o peso dessas medidas não era apenas político, uma vez que, interferia no cotidiano dos imigrantes de maneira efetiva. Aquele “encantamento” com os laboriosos filhos da pátria alemã, muito enfatizado no início do processo de branqueamento no Brasil, esvaiu-se.

O alemão então não será mais um possível candidato à pátria, um igual, um acolhido e, para afastá-lo dessa condição de estabelecido, um processo de estranhamento se faz necessário. Assim, para além das condições legais que já mencionamos, tratá-lo pejorativamente se torna útil ao processo de marginalização. O alemão volta a se assemelhar aos invasores bárbaros de outrora, é tratado por teutão, grosseiro e truculento. É o boche, ou panbochista, que não é civilizado, inassimilável, alienígena. Cria-se, ao entorno do elemento de origem germânica, uma série de elementos imaginários e pejorativos, muito comuns, àqueles que querem estabelecer fronteiras, cujo objetivo é mostrar que a cultura brasileira era suficientemente boa para não depender em nada da presença teuta (PEREIRA, 2017, p. 95).

Há que se concordar com o fato de que o conflito mundial e o envolvimento do Brasil, mesmo que apenas logístico, alterou a percepção sobre a presença germânica no país. Em diálogo com Pereira (2017) e Fabris (2014), é possível asseverar que a Grande Guerra serviu como catalizadora de sentimentos reativos os quais já estavam presentes na relação entre brasileiros e alemães, contribuindo para mobilizar a população e legitimar a presença de um inimigo real, uma vez que a guerra abriu precedentes para que “emergisse uma atmosfera de agitação e contestação acerca da presença e das próprias condutas, práticas e costumes dos indivíduos de origem germânica” (FABRIS, 2014, p. 86).

Após 1918, observa-se uma diminuição gradual desses conflitos e tensões, um “resfriamento” das disputas. O “perigo alemão” passa por uma ressignificação, e a atmosfera hostil, assim como os aspectos conflituosos do cotidiano, começam a se dissipar, permitindo que as relações sociais, políticas e econômicas se estabilizem. Nos anos seguintes, torna-se evidente uma nova fase de expansão da mentalidade germânica, inserida em um contexto diferente. Com a ascensão do nazismo ao poder na Alemanha em 1933 e com a eclosão da Segunda Guerra Mundial em 1939, a temática do “perigo alemão” voltou a ficar intensa devido a pretensão de Hitler de transformar a Alemanha em um grande império. Nesse contexto, de acordo com Perazzo (1999), a ideia do perigo levou as pessoas a não discernirem se o desejo de invasão alemã era real ou imaginária. A pergunta que persistia para muitos era: até que ponto o governo alemão pretendia invadir e anexar a América do Sul ao seu império?

O “perigo alemão” durante a Era Vargas 1930 – 1945: a suástica fora da Alemanha

Uma das condições para o fortalecimento do imaginário do “perigo alemão” nesse contexto, foi a existência de várias pessoas filiadas ao NSDP na América Latina. Conforme o historiador Rafael Athaides, “braços” do Partido Nazista se instalaram em diversas regiões do globo a partir de 1928 e durante a década de 1930, arregimentando 29.099 militantes em 83 países, sendo 26.145 homens e 2.954 mulheres. A Argentina e o México, por exemplo, agrupavam, aproximadamente, 2.000 membros cada. O Chile, a terceira maior concentração na região (mas em números relativos tinha a maior proporção de filiados aptos, ou seja, “alemães natos”), reunia mais 985 filiados. O Brasil representou uma das maiores seções fora da Alemanha, cerca de 2.900 filiados ao NSDAP (ATHAIDES, 2011, p. 26).

Nesse âmbito, o germanismo (ou seja, a prática de defesa da germanidade das populações de origem alemã especialmente no exterior) ganhou força com a ascensão do Partido Nazista e com a criação da *Auslandsorganisation der NSDAP* - Organização para o Exterior do Partido

Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (AO). Amparando-se no conceito de cidadania baseado na raça e no sangue, a AO tinha como pretensões combater o comunismo e os Estados liberais e criar células partidárias em diversos países onde havia colônias alemãs para expandir as suas crenças, como a superioridade da raça ariana e a legitimidade da exclusão dos judeus da sociedade. Rompendo os limites territoriais da Alemanha, sua agenda política era voltada a cooptar os alemães que residiam no exterior para a “órbita” ideológica do nazismo, reunir informações quanto a possibilidade de transações comerciais favoráveis à Alemanha e recrutar voluntários para o caso de um eventual conflito armado. Ou seja, não uma expansão imperialista, mas sim um expansionismo político-partidário, racial e ideológico. De acordo com Marion Magalhães, os integrantes cooptados deveriam obedecer a “dez mandamentos”, dos quais se destacavam os seguintes: 1) Respeitar as leis do país em que é hospede e não se intrometer na política interna; 2) Fazer-se conhecido como partidário do NSDP; 5) Todo alemão no exterior é um partidário em potencial. Ser como um pastor entre ovelhas; 10) Ser calmo, ordeiro e pacífico – não participar de badernas (MAGALHÃES, 1998).

Segundo o historiador Donald McKale (1977), os nazistas estavam convencidos de que os alemães presentes em outras nações do mundo poderiam ser utilizados nos planos econômicos da Alemanha. Contudo, a filiação ao partido nazista tinha limites, sobretudo devido ao fato da NSDAP se valer de uma série de critérios excludentes na definição do que seria um “alemão digno do nazismo” em meio a imigrantes e descendentes díspares. “Rejeitava, portanto, um número significativo de alemães e teu-to-descendentes, por preconceitos políticos, étnicos ou culturais, os quais, às vezes, fizeram uma oposição, ao menos passiva, às ações nazistas” (ATHAIDES; BERTONHA, 2021, p. 72). Somente aqueles com cidadania alemã (*Reichsdeutsche* ou cidadão do *Reich*) poderiam se filiar ao partido. Já os *Volksdeutsche* (alemães nascidos fora da Alemanha ou que tinham a cidadania de outros países) os nazistas não consideravam aptos ao ingresso no partido, mas deveriam se integrar a *Comunidade Étnica*, desde que pudessem provar que não estavam “contaminados” com sangue estrangeiro e soubessem falar bem o alemão. Portanto, lhes era permitida a filiação

às associações nazistas (satélites do NSDAP) e germânicas em geral, mas não poderiam ter uma ficha do partido.

A seção brasileira do NSDAP foi fundada oficialmente em 1934. Entretanto, a historiografia mais recente afirma que em 1928, a cidade de Benedito Timbó, em Santa Catarina, sediou o primeiro grupo do NSDAP, tornando-se, inclusive, o primeiro núcleo da NSDAP fundado fora da Alemanha em todo o mundo (ATHAIDES; BERTONHA, 2021). Independente desse debate historiográfico e das restrições de filiação, no Brasil, a estimativa para o número de filiados ao partido, em 1937, segundo as estatísticas da própria AO (por ano de filiação), era de 2,9 mil pessoas, entre elas operários, comerciantes, agricultores e industriais espalhados por cerca de dezessete estados brasileiros. São Paulo contava com 785 adeptos, Rio de Janeiro 528, Rio Grande do Sul 439, Paraná 192, Minas Gerais 66, Pernambuco 43, Espírito Santo 41, Bahia 39, Mato Grosso 31, Pará 27, Goiás 23, Paraíba 21, Ceará 4, Amazonas 4, Sergipe 1, Alagoas 1, e sem informação de local 137.

Esse número, porém, não reflete o total de pessoas que eram apenas simpatizantes do nazismo no país. Sobre o número de filiados há também fontes de diferente natureza que mostram outras cifras. De acordo com os dados da *Nazy Party Membership Records*, o número de alemães filiados ao Partido, ou que pelo menos passaram por ele, na verdade, era de aproximadamente 4,5 mil (CAMPELO LUCAS, 2012). Cifra que é defendida por Moraes (2008). A bibliografia consultada permite enfatizar que o número de membros registrados pela AO não é a ferramenta mais indicada para medir o alcance do nazismo entre os imigrantes e descendentes de alemães no Brasil, uma vez que os indivíduos “poderiam se filiar às associações paralelas ou simplesmente se simpatizarem ‘em silêncio’” (ATHAIDES; BERTONHA, 2021, p. 77).

Independentemente disso, para efeitos do recrudescimento do “perigo alemão” no período, vale destacar, mais uma vez, que o partido nazista estava presente em dezessete estados brasileiros, atuando com fervor para conquistar a liderança nos espaços de sociabilidade dos teutos e impondo a lógica da *Gleichschaltung* (unificação e uniformização forçada) e do *Anschluss* (anexação natural) nos clubes e nas sociedades germânicas (ATHAIDES; BERTONHA, 2021, p. 78). Apesar dos filiados não chegarem

a 5% do total de alemães no Brasil, deve-se considerar que o partido possuía boa representatividade junto à comunidade alemã, pois os nazistas se fizeram presentes em círculos sociais, clubes, hospitais, igrejas, restaurantes, escolas, firmas e fazendas. Porém, não se deduz que todos os alemães do Brasil ou da América Latina fossem necessariamente pró-nazismo, uma vez que, “no início a conduta do partido no Brasil, causava mais desavenças entre as comunidades alemãs do que somavam novos afiliados” (PEREIRA, 2017, p. 104).

Afirmar, como han hecho algunos autores, que la campaña que se puso en marcha para convertir al nazismo a los alemanes que vivían en América Latina fue un «fracaso» o un «desastre»/ es un sintoma inequívoco de que las actividades de la AO repercutieron negativamente sobre la reputación de Alemania y de sus emigrantes. No cabe duda de que el departamento de Bohle fue incapaz de cumplir ninguno de sus objetivos. En los principales países latino-americanos, el porcentaje de ciudadanos alemanes que se afiliaba al Partido rara vez sobrepasaba el nueve por ciento. En lugar de despertar las simpatías por el nazismo, los activistas nazis alimentaron la desconfianza y el recelo hacia Alemania y hacia los alemanes (FRIEDMAN, 2008, p. 61).

Nesse contexto de expansão da suástica para fora da Alemanha, com grande número de filiados no Brasil (a seção brasileira do NSDAP foi a maior fora da Alemanha, mas, não a mais importante para os planos do partido), o imaginário do “perigo alemão” se tornou cada vez mais preocupante, mais ameaçador do que fora visto até então. Fato exacerbado às últimas consequências devido ao início da Segunda Guerra Mundial, quando o imigrante e descendente alemão foi identificado como nazista e o “nazismo passou a ser sinônimo de atrocidade e maldade, selvageria e matança, insensibilidade e desumanidade” (PERAZZO, 1999, p. 51).

Para Athaides e Bertonha (2021) não existe dúvida de que os medos, perigos ou os imaginários sobre a ação do nazismo nas Américas foram, em grade parte, criados ou ventilados por informes de funcionários estadunidenses. Os autores citam o historiador Max Paul Friedman (2004) que demonstra como Washington havia recebido relatórios que afirmavam que

a Alemanha estava preparando um ataque aos Estados Unidos através do Sul. Hitler cruzaria o Atlântico em direção ao Brasil, “onde meio milhão de habitantes alemães executariam um levante por dentro. Isto seria repetido nos países vizinhos, até deixar os Estados Unidos rodeados por uma cadeia de satélites dos nazistas” (FRIEDMAN, 2004, p. 79). Contudo, há fortes evidências de que os informes eram fomentados pela inteligência britânica com o objetivo de convencer os EUA a entrarem no conflito, chegando a forjar, até mesmo, um mapa da América do Sul com as supostas rotas da invasão nazista. À época, Roosevelt mostrou o documento à imprensa e ao povo estadunidense como legítimo, tentando convencer a opinião pública do perigo eminente.

Além disso, para Gertz (1991), a propaganda estadunidense e inglesa sobre o “perigo alemão” foi um elemento importante para o governo brasileiro se posicionar em favor dos Aliados. De acordo com essas propagandas, havia um perigo real de invasão militar nazista no Brasil, principalmente na região sul do país. Por meio de filmes, panfletos anônimos, informes policiais, literaturas, cartazes e notícias, os brasileiros foram expostos a imagens de alemães como inimigos e ameaças à segurança nacional. Por exemplo, panfletos anônimos que alertavam os brasileiros da existência do perigo infiltrado no cerne da comunidade alemã, que alimentavam a ideia da vitória nazista para que o Brasil fosse invadido e dominado.

Tanto na Embaixada Allemã, como entre a colônia allemã, conversa-se sempre sobre o destino que a Allemanha pretende dar aos Estados do sul do Brasil e eventualmente ao resto do paiz, depois de liquidar por ella a França e a Inglaterra. Parece que a Allemanha já tem pronto o plano para a anexação do Brasil, e apenas espera sahir victoriosa da presente guerra para executar este plano (sic). (Panfleto dirigido aos brasileiros com um alerta ao perigo nazista, s/loc, s/d. Setor “Alemão”, pasta 09, doc nº 00003, DOPS-RJ, APERJ. apud PERAZZO, 1999, p. 55).

Organizou-se, no Brasil, algumas entidades que tinham por objetivo auxiliar o governo no alinhamento populacional, uma delas, que tem importância na projeção do medo de uma invasão alemã no Brasil e na

manutenção de um perigo constante, que nunca cessa, foi o Serviço de Defesa Passiva Antiaérea, instituído pelo decreto-lei nº 4098, de 13 de maio de 1942. A iniciativa partia da federação, mas era incumbência dos interventores avaliar a necessidade e os modelos de ação mais indicados para ensinar a população a se proteger em caso de um ataque aéreo da Luftwaffe. Em alguns estados chamavam de comitê, em outros de liga ou serviço, mas apesar da variedade de denominações serviam para uma função equivalente.

A guerra estava longe, mas o medo muito próximo. Estava mesmo dentro de cada um. Era noite. Precisavam de escuridão, mas havia luar. As sirenes alarmaram. De todas as casas fecharam-se rápidas as janelas. As poucas luzes que haviam foram apagadas. Expectativa. Todos os santos foram invocados. Os corações bons ou doentes aceleraram os ritmos. Outros órgãos humanos causaram dores e correrias para ambientes privados. Expectativa. O ronco dos motores de um avião, muito alto, sobre os céus da cidade. Medo maior. Mas, nenhum silvo, nenhum estrondo. Os minutos passaram devagar. Timidamente, algumas janelas abriram-se. Olhares para além das nuvens. Holofotes gigantes iluminaram um avião solitário: era dos nossos. Tratava-se, pois, de um exercício de preparação psicológica (MELO, 2003, p. 77).

Tal qual o João Wilson Mendes Melo noticiou os exercícios de blecaute em Natal, no Rio Grande do Norte, também se evidencia a realização desses mesmos exercícios em vários outros estados da federação. No Paraná, foram quatro exercícios em Curitiba entre 1942 e 1943 (PEREIRA, 2010); em Manaus uma manobra de blecaute foi realizada em agosto de 1942 pelo 27º Batalhão de Caçadores da FAB (AGUIAR, 2019); na capital federal o primeiro exercício de blecaute ocorreu às vésperas do feriado de independência em 1942, sob o pretexto de que “o Brasil é o país mais próximo de Dakar, de onde a aviação alemã poderia transportar tropas, invadindo o nordeste brasileiro e, a partir daí, os Estados Unidos; o que não eliminava a hipótese de um ataque aéreo ao Rio de Janeiro” (FERREIRA,

2017, p. 99)⁴. Na Bahia, o Farol da Barra foi impedido de funcionar e as casas e comércios costeiros tinham ordens expressas para reduzir as luzes, uma Comissão de Fiscalização do Escurecimento foi criada para que não ocorresse descumprimento das ordens (SAMPAIO, 1996). Em São Paulo, os exercícios foram uma constante entre o final de 1942 até 1944, porém, os paulistanos não levavam os exercícios muito a sério e a interventoria do estado inaugurou uma exposição com propagandas de sabotagens e ameaças ao território brasileiro, mas que não lograram êxito (CYTRYNOWICZ, 2000). A prática ocorreu em muitos estados, obtendo em alguns êxito e adesão às campanhas do governo Vargas contra os “súditos do Eixo”, e em outros escárnio e descrédito por uma guerra que se desdobrava milhares de quilômetros de distância. O que não se pode deixar de destacar é que enquanto estratégia de cooperação e manutenção do medo, essa prática foi importante.

Outro fator que contribuiu para o fortalecimento do imaginário do “perigo alemão” foi a presença de espiões nazistas no país durante a Segunda Guerra Mundial. Campelo Lucas (2011), Perazzo (1999), Gertz (1991), Moraes (1996), Stanley Hilton (1983) debruçaram-se sobre o tema. Contudo, deve-se analisar com cautela a questão da espionagem, pois o clima da guerra e a necessidade de colocar no superlativo o “perigo alemão” deram a essa atividade um alcance que, possivelmente, não desfrutava à época. “O imaginário da época colaborou para se criar o mito de que todos os alemães residentes na América Latina eram espiões, reais ou, ao menos, potenciais, o que, evidentemente, não é verdade” (ATHAIDES; BERTONHA, 2021, p. 66).

Tal ressalva não significa a inexistência de atividades de espionagem desenvolvidas no Brasil, ou que nenhum membro das comunidades alemãs do país tenha colaborado com a espionagem nazista, ainda mais em um período de guerra (HILTON, 1983; GERTZ, 1991; MORAES, 1996; ATHAIDES; BERTONHA, 2021). Por exemplo, quando a *Abwehr* (Serviço de informações alemão, órgão destinado a cuidar da defesa e segurança do Estado) ou a SD (*Sicherheitsdienst* - Serviço de Inteligência do Partido

4 Importante fazer a relação de que os exercícios de 1942 têm relação direta e sofreram consequências do ataque efetuado pela marinha alemã aos navios brasileiros, principalmente em agosto de 1942, quando 611 pessoas foram mortas pelos ataques de submarino (SANDER, 2007).

Nazista) achavam conveniente recrutar pessoas para realizar ações de sabotagem ou espionagem em algum lugar da América, a primeira coisa que faziam era consultar as listas de membros da AO para selecionar um candidato. “O que não é conveniente é reproduzirmos o imaginário dos tempos de guerra, pelo qual todo alemão ou descendente de alemães era visto como um espião em potencial” (ATHAIDES; BERTONHA, 2021, p. 67).

A presença de imigrantes e descendentes de alemães, bem como de suas colônias no Sul, as propagandas do “perigo alemão” alertando para um real perigo de invasão militar alemã no Brasil, a existência de filiados ao NSDAP e a questão dos espões em território nacional são elementos os quais favoreceram a difusão de um antigermanismo em parte da população brasileira que passou a enxergar o alemão como um perigo à identidade nacional. Portanto, é razoável afirmar que o imaginário do “perigo alemão” influenciou a política de perseguição aos alemães perpetrada pelo Estado Novo varguista⁵. Mas, não há um consenso sobre a ação expressiva e de mobilização da AO sobre o governo varguista.

El objetivo que la AO se propuso durante la guerra, conseguir que los países latino-americanos se mantuvieran neutrales, fracasó en todas partes salvo en Argentina y, si este país se mantuvo neutral, fue por su deseo de mantener una posición estratégica en relación con las grandes potencias y porque, desde hacía mucho tiempo, trataba de impedir que Estados Unidos dominara el hemisferio occidental. La presión del Partido era insignificante. De acuerdo con sus propias previsiones, las aspiraciones del Partido Nazi en América Latina no se cumplieron ni de lejos (FRIEDMAN, 2008, p. 61).

O projeto político autoritário e nacionalista de Vargas centrava-se na busca de uma identidade nacional baseada na valorização do folclore, das manifestações rurais, a exaltação à cultura indígena e dos aspectos da

5 Importante estabelecer uma diferenciação entre a comunidade de descendência alemã, que a diplomacia alemã não possuía interferência, e os cidadãos alemães. A campanha de nacionalização atingiu os descendentes e não os cidadãos alemães. A comunidade alemã em torno do período da II Guerra Mundial era vista, muitas vezes, como os dois, mas os cidadãos alemães, em sua maioria, estavam nos centros urbanos e, para serem aceitos, tentaram se integrar nos espaços comunitários brasileiros.

natureza brasileira. Nesse ambiente, o imigrante (alemão) foi identificado como um elemento estrangeiro que não pretendia “abrasileirar-se”, atrapalhando o projeto nacionalista do Estado Novo. Os alemães não só insistiam “em preservar seus hábitos e costumes tradicionais como também mantinham organizações políticas cuja ideologia seguia as orientações diretas do governo alemão” (PERAZZO, 1999, p. 43). Os ideólogos do regime alertavam sobre a ameaça do pangermanismo nas colônias do sul do Brasil e o perigo da propaganda cultural pró-germânica dessas comunidades. Segundo eles, era necessário o governo tomar medidas que controlassem essa investida estrangeira contra a civilização brasileira.

Foi assim que, entre março e maio de 1938, o governo Vargas implementou a política de “nacionalização” de estrangeiros, mais especificamente, sobre a comunidade germânica no Brasil, que visava regular tanto as suas atividades comerciais, quanto suas práticas políticas. Em 1942, quando o país se posicionou contra o Eixo na Segunda Guerra Mundial, a repressão à comunidade germânica se intensificou veementemente e muitos foram presos, recolhidos em campos de internamento e processados por crimes contra a segurança nacional. Dessa forma, a intensificação do sentimento nacionalista somado à disseminação da ideia de um “perigo alemão”, são alguns dos elementos que contribuíram para justificar e legitimar, perante a sociedade, as práticas repressivas àqueles que pudessem ameaçar o equilíbrio político almejado pelo Estado Novo (PERAZZO, 1999, p. 48).

Apesar das especulações sobre as relações de Vargas com a Alemanha e dos possíveis benefícios que cidadãos alemães tiveram durante o governo varguista, o controle sobre a entrada e a permanência de estrangeiros durante o Estado Novo foi muito mais eficiente do que todo período anterior a Getúlio, como destaca o historiador Fabio Koifman (2012). A partir do surgimento do Estado Novo, o Ministério da Justiça, gradualmente, acumulou responsabilidades e atribuições, com um foco especial no tema da permanência de estrangeiros no Brasil. Anualmente, o sistema de controle passou por aprimoramentos, refinando o detalhamento e especializando a máquina administrativa do Estado. Entre 1937 e abril de 1941, todas as questões relacionadas à entrada, tempo de permanência, localização, estada, residência, transformações de status (como de temporário para permanência

precária ou definitiva), até mesmo a saída, expulsão ou naturalização de cada estrangeiro no território nacional foram centralizadas na esfera administrativa do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores (MJNI). O tema do potencial imigrante para o Brasil tornou-se uma questão constante devido às mudanças políticas no exterior, especialmente na Europa. “Não por acaso, em 1940 foi criada a primeira delegacia de estrangeiros. Nesse ano, a temática da entrada de estrangeiros era alçada, tanto na mídia como na documentação oficial à condição de assunto recorrente e constante” (KOIFMAN, 2012, p. 157).

Em resumo, durante a década de 1930 e 1940, o imaginário do “perigo alemão” no Brasil fortaleceu-se por meio de uma combinação de fatores, incluindo a presença de imigrantes alemães, a existência do partido nazista, a propaganda de guerra dos países aliados e a atuação de espões alemães no país. Esse imaginário contribuiu para reforçar a ideia de que a Alemanha era uma ameaça à segurança nacional e ajudou a moldar as políticas do governo brasileiro em relação ao país durante o século XX.

No pós-guerra, esses fatores reforçaram as suspeitas internacionais sobre um “bom acolhimento” de nazistas fugitivos por parte dos seus correligionários do país. Essa ajuda não viria apenas dos filiados. As suspeitas recaíram também sobre os ombros dos imigrantes e descendentes de alemães. A ideia propagada era de que tais grupos ajudariam os seus conterrâneos dando a eles tempo e estrutura suficiente para planejar o ressurgimento do nazismo a partir da América Latina.

O “novo perigo alemão” no pós-guerra: 1945 - 1980

Nesse momento, cabe uma definição importante, trabalha-se com a ideia do “perigo alemão” enquanto um imaginário conspiratório. As teorias da conspiração apresentam uma explicação alternativa para qualquer acontecimento histórico, desmentindo a versão oficial e tentando, de certa forma, desmascarar as intenções ocultas de certos indivíduos, grupos ou nações. Segundo Issit (2012), alguns historiadores têm sugerido que elas são uma consequência natural de um desejo de explorar e descobrir facetas da

experiência humana que permanecem sem explicação. Outros sugerem que tais teorias são o produto de frustrações relacionadas à natureza secreta de algumas organizações e operações políticas, sociais e históricas.

De acordo com Raoul Girardet (1987), o imaginário conspiratório possui um fluxo de imagens, de representações simbólicas que se podem identificar. Nos seus discursos existe algo denominado de “bestiário do complô”: reúne tudo o que rasteja, infiltra-se, esconde-se; tudo o que é viscoso; tudo o que é tido como portador de sujeira e da infecção como a serpente, o rato, a sanguessuga, o polvo; o subterrâneo ou seu equivalente (cripta, jazigo, quarto fechado).

Qualquer que seja a natureza da teoria conspiratória, o inimigo sempre opera subterraneamente, é clandestinamente versátil, inapreensível, capaz de se infiltrar em todos os meios. Sua maior habilidade é a da manipulação, suas tropas invisíveis, mas presentes em todas as partes (GIRARDET, 1987, p. 57). O homem do complô, isto é, o “príncipe das trevas” (no caso os nazistas e o nazismo) permanece como o herói privilegiado de uma vasta literatura, inspirando pavor, fascínio e, no mínimo, curiosidade.

Dessa forma, a formação de uma teoria conspiratória pode ser interpretada como uma resposta a uma ameaça (do descendente e imigrante alemão ou do nazista fugitivo) ou, pelo menos, como uma reação quase automática a tal sentimento, pois os conspiradores praticam a corrupção, a depreciação dos costumes, a desagregação sistemática das tradições sociais e dos valores morais. Nesse imaginário, os conspiradores escapam às regras mais elementares da normalidade social, encarnando o medo e o perigo. Naturalmente, são corpos exógenos submetidos às suas próprias leis, obedecendo seus próprios apetites. “Surgidos de outra parte ou de parte alguma, os fanáticos da conspiração encarnam o Estrangeiro no sentido pleno do termo” (GIRARDET, 1987, p. 42).

Após a Segunda Guerra Mundial o imaginário conspiratório do “perigo alemão”, que, no primeiro momento, correspondia a suspeita de que a Alemanha pudesse anexar parte da América Latina ao seu território, adquiriu outra temática: o da formação do *IV Reich*. Verifica-se isso na existência de grande quantidade de reportagens de jornais e revistas, bem como em literaturas conspiratórias publicadas após o término do conflito,

as quais enfatizam a relação dos imigrantes e descendentes alemães da América Latina com a suposta formação de um novo *Reich*.

Essa produção muito se deve ao fato de que várias pessoas envolvidas com o nazismo, pelo menos as que ficaram mais conhecidas após o término da guerra devido às suas atividades relacionadas, principalmente, ao holocausto, como Adolf Eichmann e Josef Mengele (mas também nazistas como Klaus Barbie) terem escapado do tribunal de Nuremberg e se escondido em terras latino-americanas, dando o mote para a aparição das mais fantásticas e fantasiosas versões sobre suas pretensas atividades secretas com vista à reorganização do partido nazista no continente⁶. Por outro lado, a existência do Partido Nazista em vários países da América Latina explica, ou melhor, reforça a suspeita de que esses nazistas fugitivos seriam bem acolhidos por aqui.

Muitos pseudo-caçadores de nazistas como Erich Erdstein (1977), Ladislav Farago (1974) e Charles Whiting (1977), supostamente se empenharam em descobrir o paradeiro desses fugitivos, ao mesmo tempo em que denunciavam a existência de uma grande conspiração por parte de células nazistas espalhadas pelos países latino-americanos com o objetivo de reerguer o nazismo. Por exemplo, no último mês de 1967, o Erdstein vendeu a sua “incrível” história investigativa em busca de Mengele para o jornal “*O Estado do Paraná*”. Dividida em quatro reportagens intituladas de “*Mini-Reich opera no Brasil*”, elas abordaram os “trabalhos policiais” executados por ele nas cidades de Rio do Sul e Dona Ema, ambas da região do Vale do Itajaí em Santa Catarina. A primeira reportagem denunciava a existência de uma organização protetora de nível mundial que acobertava os criminosos nazistas na América.

Joseph Mengele, Martin Bormann e outros criminosos nazistas – em liberdade desde 1945 – estão no Brasil, mais precisamente em Santa Catarina, numa cidadezinha no Vale do Itajaí. Depois de um determinado tempo, se locomovem para Mato Grosso, passando então a percorrer a Argentina, Uruguai e Paraguai. Este círculo de viagem, percorrido há 22 anos, foi descoberto agora, depois de investigações de um agente especial da Diretoria da Polícia Civil do Paraná

6 Carlota Jackisch (1999), ainda, apresenta um grande número de pessoas que foram consideradas criminosas de guerra e que imigraram para a Argentina após a guerra. Segundo Jackisch, há: Ludolf Hermann Alvensleben, Klaus Barbie, Franz Stangl, Gerhard Bohne, Kurt Christmann, Hans Fischbock, Erwin Fleiss, Fridolin Guth, Hans Friedrich Heffelmann, Bernhard Heilig, José Janco, Ekart Krahmer, Walter Kutschmann, Fritz Lantschner, Erich Muller, Erich Priebke, Friedrich Rauch, Walter Rauff, Eduard Roshmann, Josef Schwammberger, Francisco Votterl e Guido Zimmer; só para citar alguns de uma lista de mais de 180 nomes.

[...] Graças ao que se denominou “círculo de ferro”, feito por ex-nazistas e refugiados, os criminosos recebem toda a cobertura, sendo quase impossível estabelecer todas as ligações e a extensão da organização protetora, que mantém contato com outras células espalhadas pelo mundo (O Estado do Paraná, 13 de dezembro de 1967).

Na segunda matéria observa-se observar o imaginário do “novo perigo alemão”, quando aponta o fato de a região do Vale do Itajaí ter sido colonizada por alemães como um forte indicativo de que ali poderia ser um reduto de nazistas, uma vez que era “um país dentro do país” onde o português só era falado quando chegava algum estrangeiro e o conservadorismo fazia com que certos pais não ensinassem a língua portuguesa a seus filhos. “Um médico de lá é exemplo disso e muito mais. Seu filho mais velho, nascido no Brasil, fala muito pouco o português, sabendo, em contrapartida, o alemão, inglês, francês e russo” (O ESTADO DO PARANÁ, 1967). O que também ajudou Erdstein constatar seria o fato de que vários descendentes de alemães teriam participado de manifestações pró-Hitler em Rio do Sul, durante a Segunda Guerra Mundial.

De acordo com a reportagem, o delegado da cidade na época, Von Schee, teria informado sobre as atividades nazistas na região. Segundo ele, os nazistas exerciam o controle através de uma organização chamada Aliança Cultural Alemanha-Brasil, que ainda veneravam Adolf Hitler e sonhavam em ressuscitar o *Reich* alemão. Erdstein “descobriu” que 10% da população rio-sulense seria adepta do nazismo e que figuras como Mengele, o “anjo da morte” de Auschwitz, e Martin Bormann, lugar-tenente de Hitler, eram auxiliados pela Aliança e seriam hóspedes habituais da cidade. Ambos passavam frequentemente pelo local para verificar o funcionamento da célula nazista. O líder do hitlerismo na região era um “misterioso” médico húngaro – Alexander Lenard – que poderia até mesmo ser Mengele.

Importante frisar que as investigações de Erich Erdstein não ganharam destaque apenas no Brasil, mas também em importantes jornais e revistas da Europa. Em janeiro de 1969, o “agente especial” vendeu a história à revista alemã “*Neue Revue*” e para o jornal inglês “*The People*”. A *Neue Revue*, por exemplo, produziu uma série de reportagens com base no material recebido. Uma delas foi ilustrada com uma foto que Erdstein trouxe do Vale do Itajaí, afirmando se tratar do próprio Mengele (OESTE, 1991, p. 27). Contudo, a foto não retratava o “anjo da morte”, mas sim Alexander

Lenard que desmentiu a história contada por Erdstein em artigo publicado no dia 9 de abril de 1968, no jornal alemão “*Stuttgarter Zeitung*” (1968), sob o título de “Como cheguei a ser Bormann e Mengele: um relatório da floresta virgem”. Lenard confirmou que, realmente, um indivíduo se dizendo policial vasculhou sua casa em Dona Ema e se apoderou de algumas fotografias, inclusive aquela que a revista “*Neue Revue*” estampou, alegando se tratar de Mengele (MEIENRZ, 2018).

Mesmo assim Erdstein apresentou novamente as suas aventuras ao jornal *Estado de São Paulo*, publicando-as em quatro sequências. Na “continuação nº 4 revelava que toda a SS no Brasil costumava se reunir diante do busto de Hitler” (STUTTGARTER ZEITUNG, 1968) escondido no porão da casa de Alexander Lenard. A publicação do artigo de Lenard na revista “*Stuttgarter Zeitung*” foi o bastante para que a “*Neue Revue*” interrompesse a série e submetesse Erdstein a uma inquirição juramentada, com o objetivo de provar a veracidade do relato. O “caçador de nazistas” insistiu na veracidade de sua história, mas a revista achou melhor colocar um ponto final nela (STUTTGARTER ZEITUNG, 1968).

As investigações de Erdstein geraram tamanha celeuma que as autoridades de Santa Catarina foram obrigadas a intervir, proibindo-o de continuar com a farsa em jurisdição que não era de sua alçada e sugerindo o seu retorno ao Paraná. A Secretaria de Segurança do estado catarinense determinou ainda a abertura de um inquérito policial ante os problemas causados pelas atividades de Erdstein na região de Dona Ema e outras cidades de origem e descendência alemã do estado (O ESTADO DO PARANÁ, 1969, p. 8).

Outra cidade que representou o “novo perigo alemão” foi Marechal Cândido Rondon, localizada no extremo Oeste paranaense. No início de 1968, Erdstein “descobriu” que ela tinha sido “tomada por um grupo de nazistas que estaria intimidando a população. A Polícia local nada fazia – segundo o Sherlock das araucárias –, porque era controlada pelos hitleristas” (OESTE, 1991, p. 27). O prefeito, Werner Wanderer, não sabia de que maneira “poderia controlar a situação. Nas escolas, os alunos cantavam velhos hinos nacional-socialistas. E nas igrejas, padres e pastores estariam trocando os ensinamentos do Evangelho pelo credo nazista” (OESTE, 1991, p. 27).

Segundo Erdstein, esse suposto núcleo nazista dava cobertura e refúgio para os criminosos de guerra Martin Bormann e Josef Mengele, que teriam sido vistos na cidade mais de uma vez, tanto juntos como separadamente.

O fato de o município ser formado, na sua maioria, por descendentes de imigrantes alemães, mostrava-se como um forte indício da presença de criminosos nazistas na cidade e região. Ademais, a presença de ex-combatentes nazistas na cidade reforçava a suspeita de que ali estava nascendo um novo *Reich*. Em relatório entregue por Erdstein ao Departamento de Ordem Política e Social do Paraná (DOPS), afirmou que a cidade era comandada por grupos de alemães que proibiam as crianças de aprenderem o hino nacional do Brasil, “exigindo uma segregação severa para manter intactas as tradições, filosofia e cultura da terra de origem” (ERDSTEIN, 1968, p. 1).

De fato, no começo de 1968 ele foi até à cidade com o intuito de investigá-la acompanhado do jornalista Moisés Rabinovici. Depois disso, vendeu sua história ao “Jornal da Tarde”, edição vespertina do jornal “O Estado de São Paulo”, que, no dia 18 de maio daquele mesmo ano, publicou, com texto e fotos do jornalista Rabinovici, a reportagem intitulada “*Onde está nascendo o IV Reich*”.

A nove mil quilômetros de Berlim, no Brasil, no interior do Paraná, em Marechal Cândido Rondon, a polícia descobriu uma nova Alemanha. Num relatório oficial, já entregue ao governador Paulo Pimentel, um investigador garante: “É uma Alemanha nazista. Seus cidadãos mais importantes e protegidos são Martin Bormann e Joseph Mengelle”. A nova Alemanha, há 23 anos do fim da guerra contra Hitler, é presidida por seis nazistas, segundo a polícia. E é também o *IV Reich* em instalação no Brasil (JORNAL DA TARDE, 1968, p. 10).

Para Erdstein, havia fortes indicativos de que na cidade estava se chocando o ovo da serpente: o fato de ter sido colonizada por alemães, de possuir à época a grande maioria da população de seus descendentes e de que no local só se falava a língua alemã “nos anúncios da rádio, nos bares, nos cumprimentos comuns, *Wie geht's?* (ou como vai?), *Guten Tag* (ou bom

dia), *Guten Abend* (ou boa tarde), até as lápides dos cemitérios estão escritas em alemão nessa cidade” (JORNAL DA TARDE, 1968, p. 10).

Marechal Cândido Rondon seria politicamente dominada por seis partidários de Hitler, que queriam implementar o *IV Reich* a partir da cidade, com destaque para os líderes Friedrich Seyboth, sua esposa Ingrun Seyboth e Heribert Hans Gasa. De acordo com a reportagem do jornal “O Paraná” de 01 de outubro de 1976, Friedrich Seyboth tinha sido oficial médico da SS que naturalizou Hitler como cidadão alemão e que nunca entregaria onde se encontravam Martin Bormann e Joseph Mengele. Ingrun Seyboth era amiga pessoal de Hitler, Goebbels e Himmler, declarando-se francamente Nacional Socialista, menosprezando o Brasil. Heribert Gasa teria fundado “um partido político ultranazista, na Alemanha. Foi amigo particular do general Brehner, que capturou e executou os oficiais que tentaram matar Hitler, em 25 de julho de 1944” (O PARANÁ, 1976, p. 5).

As notícias representando Marechal Cândido Rondon como a maternidade do *IV Reich* espalharam-se rapidamente. A reportagem de janeiro de 1969 da revista alemã “*Neue Revue*”, a mesma que apresentou a história de Lenard, também publicou os detalhes sobre as investigações de Erdstein na cidade do Oeste paranaense, assim como nas revistas “*L’Espresso*” (Itália) e “*Paris Match*” (França)” (MEINERZ, 2018). Em 1970, a revista “*Siete Dias*”, de Buenos Aires, enviou dois repórteres à cidade, com o objetivo de encontrar evidências de que Mengele e Bormann ali se refugiaram, pois, com base nas afirmações de Erdstein, a localidade era um covil de nazistas. Entretanto, os jornalistas não encontraram nada que comprovasse as alegações do “agente”, e na ausência de fatos inéditos, os repórteres se limitaram a tecer comentários sobre as denúncias feitas por Erdstein. “O material foi aproveitado pela revista no bojo de uma ampla reportagem sobre o paradeiro de Bormann e ilustrado com fotos da cidade e de dois conhecidos rondonenses: o óptico Hans Gasa e seu amigo Friedrich Seyboth” (OESTE, 1991, p. 29).

Contudo, a cidade não ficou conhecida apenas pelas investigações de Erdstein. Isso porque, em 1974, o jornalista, roteirista e escritor Ladislav Farago, húngaro radicado nos Estados Unidos da América desde 1937, escreveu a sua obra conspiratória intitulada de “*Aftermath: Martin Bormann and*

the Fourth Reich” (Consequências: Martin Bormann e o *IV Reich*), no qual narrou uma exaustiva caçada que ele próprio teria realizado na América do Sul, em busca de Martin Bormann (FARAGO, 1974). Argumentando com base em hipotéticos relatórios oficiais de países sul-americanos, informes do FBI, dados historicamente comprovados e informações de fontes privadas, Farago tentou produzir uma obra aparentemente sólida. Assim como outras personalidades do *III Reich*, Bormann também teria sobrevivido à Segunda Guerra Mundial, migrando para a América do Sul. O escritor não acreditava na versão de que ele tinha morrido em Berlim, em 1945, muito menos acreditava ser a ossada encontrada nas proximidades de uma estação ferroviária na antiga capital do *Reich* alemão, em 1972, os restos mortais do homem que teve decisiva influência na implantação dos campos de concentração. Na descrição da obra encontra-se o aviso da conspiração existente na América do Sul empenhada em formar o *IV Reich*.

Baseado em entrevistas (algumas das quais fizeram parte de manchetes em todo o mundo), documentos e arquivos secretos, **Aftermath** é o primeiro registro real de uma notável e bem sucedida conspiração mundial, que teve início nas ruínas flamejantes da derrotada Alemanha nazista e terminou em um outro continente em uma nova hierarquia nazista, com o evasivo **gran fugitivo**, Martin Bormann, na sua liderança (FARAGO, 1974, p. 1).

Durante as suas investigações pelo continente da suástica, ele acabou se deparando com a cidade de Marechal Cândido Rondon. Seguindo a trilha que Erdstein havia feito há seis anos, Farago afirmou ter comprovado pessoalmente a existência de um “microcosmo nazista” na cidade, que era composta por “figuras sinistras”.

O centro do neonazismo era a cidade de Marechal Cândido Rondon, nome de um herói militar brasileiro, agora infestada por alguns dos mais viciosos e velhacos espécimes de uma era que nós pensávamos ter passado e um regime que nós gostaríamos de acreditar termos erradicado. Eu achei a cidade, no extremo oeste do estado do Paraná, um verdadeiro microorganismo Nazista. O prefeito na época da minha visita era um jovem

brasileiro de origem alemã, Werner Wanderer. Um implacável anti-nazista, ele fez o que podia para inibir as atividades desses “alemães” que escolheram essa cidade como abrigo, provavelmente porque ela forneceu o refúgio para pessoas que cuja sobrevivência depende de sua ocultação (FARAGO, 1975, p. 79).

Farago identificou os líderes nazistas da cidade: Heribert Gaza, dr. Friedrich Rupprecht Seyboth e sua esposa Ingrun Klagges. Todos estariam se refugiando. Ingrun, “amiga pessoal de Hitler, Goebbels e Himmler”, teria promovido uma passeata de estudantes “loiros e de olhos azuis” com cartazes de apologia ao nazismo. Inclusive, seria a “Primeira Dama do Nazismo da América do Sul”.

[...] conhecida como a Primeira Dama do Nazismo da América do Sul. Ela, ao lembrar de Hitler afirmou que: Ele amava crianças, ela conta, ‘e eu, uma pequena garota, era sua favorita. Meu Deus’, ela acrescenta, seus olhos brilhavam como que acalentando as memórias, ‘como era maravilhoso quando me pegava no colo e me acariciava afetuosamente, nosso Führer, o grande homem da história (FARAGO, 1975, p. 79).

Todos os nazistas da cidade eram protegidos por um homem “estranhamente arrojado” perto dos cinquenta anos, “com paixão pelo anonimato. Ele era (e ainda pode ser) um dos Nazistas mais perigosos em atividade, apesar de nenhuma lista de criminosos de guerra citá-lo e ele não ser procurado em nenhum lugar por algum crime conhecido” (FARAGO, 1975, p. 79). Esse homem era Herbert von Gaza, o “cérebro”, o chefe de um movimento neo-nazista denominado “Ultras”, o ideólogo e o testa de ferro do nazismo nesta parte da América do Sul. “Gaza” teria conversado livremente com Farago, admitindo a existência dos Ultras e que ainda possuía em bom estado o uniforme da SS usado na guerra pela Alemanha nazista. Intimado a posar para uma fotografia com tal uniforme, “Gaza” recusou com um sorriso perplexo, “‘É cedo demais’, ele disse em voz baixa, deixando-me com uma dúvida, se ele estava se referindo ao tempo daquele

dia – era dez horas da manhã – ou se para a fase da evolução do seu movimento” (FARAGO, 1975, p. 70).

Depois de algumas investigações na cidade, Farago encontrou vários ex-filiados nazistas, mas somente traços de Martin Bormann, levando-no para outras regiões da América Latina. O seu discurso só se diferencia do de Erdstein quando afirmou ser o líder nazista de Marechal Rondon “Heribert Gaza” e não Seyboth. Porém, não existem evidências, testemunhas, relatos sobre a passagem do jornalista norte-americano pela cidade do oeste paranaense. O mais provável é que fez suas as palavras de terceiros – no caso, narrativas como as que Erdstein vendeu à várias revistas e jornais do Brasil e da Europa no final da década de 1960 (MEINERZ, 2018).

As denúncias feitas por Erdstein e Farago sobre uma possível formação do *IV Reich* na América Latina perpetrada por descendentes alemães, ex-combatentes de guerra pela Alemanha e por criminosos fugitivos, levaram aqueles que tiveram seus nomes envolvidos a se pronunciar. Friedrich Rupprecht Seyboth, filho de pais alemães, nasceu no dia 13 de junho de 1919 na cidade brasileira de Estrela, Rio Grande do Sul. Em 1939, entrou na faculdade de Medicina em Berlim e, em 1940, na Academia Médica da Aeronáutica. No começo da Segunda Guerra Mundial foi enviado para a região do Norte da África como integrante do corpo médico. Quase no final do conflito, também esteve envolvido em operações em Hamburgo, onde acabou capturado pelas forças aliadas, mas foi posteriormente libertado. Em 1953, mudou-se para a cidade de Marechal Cândido Rondon, acompanhado de sua esposa Ingrun, que conhecera na Alemanha. Na nova cidade, exerceu a profissão de médico até o início da década de 1980, quando veio a falecer (RONDON HOJE, 1978, p. 13).

Um fator importante facilitou a ligação da família Seyboth com essas histórias conspiratórias: Ingrun Klagges Seyboth era filha de Dietrich Klagges, um dos pioneiros do Nacional-Socialismo que designou Hitler como funcionário de Braunschweig, em Berlim, consequentemente, tornando-o cidadão alemão. Em entrevista à revista Oeste, ela explica essa relação de sua família com o Partido Nazista, quando indagada sobre o papel de seu pai em conceder a nacionalidade alemã ao “austriaco Adolf Hitler em 1932”.

Embora fosse chefe de um partido em ascensão, Hitler não podia ser candidato a posto eletivo por não ter a nacionalidade alemã. Inicialmente pensaram em nomeá-lo chefe da Polícia de Turingia, mas isto seria meio ridículo. Então meu pai entrou no caso e designou Hitler como funcionário da representação do Estado de Braunschweig em Berlim. Se bem me lembro, deu-lhe o cargo de adido cultural. Assim, Hitler tornou-se cidadão de Braunschweig e, automaticamente, cidadão alemão, e pôde se candidatar à presidência da Alemanha em 1932 [...]. Meu pai conhecia, evidentemente, os maiores do regime. Mas não tinha com eles um relacionamento de compadrio. Era uma coisa mais formal. Não me lembro de ninguém que tivesse sido amigo do peito de meu pai [...]. **Hitler frequentava sua casa?** - Sim, Hitler, o marechal Goering, o ministro da Propaganda, Joseph Goebbels, o chefe da SS, Heinrich Himmler. Quando iam a Braunschweig, eles visitavam meu pai (OESTE, 1993, s/p).

Heribert Hans Joachim Gasa, por sua vez, nasceu no dia 14 de março de 1920, em Dambritsch, Silésia (hoje em dia região pertencente à Polônia), e faleceu na cidade de Marechal Cândido Rondon em 2003, aos 83 anos de idade. Durante a Segunda Guerra Mundial, foi motorista de caminhão de abastecimento da Força Aérea Alemã e depois, quase no final da guerra, paraquedista. Depois da guerra, já em liberdade, dedicou-se ao ramo óptico. Pretendia se mudar para a Austrália porque na Alemanha do pós-guerra, arrasada e afundada em uma grave crise econômica, era difícil montar um negócio próprio com pouco capital, mas acabou indo para Marechal Cândido Rondon em 1961, a convite de Seyboth, que o conhecera na Alemanha depois da guerra. No município, trabalhou como fotógrafo e óptico (MEINERZ, 2018).

Ficou fácil para os caçadores de nazistas relacionarem os três personagens com o “novo perigo alemão”; Ingrun, que foi taxada como a “primeira dama do nazismo da América do Sul”, possuía o passado familiar relacionado com o Nacional-Socialismo e Friedrich e Gasa participaram da guerra pela Alemanha Nazista. Isso possibilitou às mentes conspiracionistas estabelecê-los como os líderes do movimento empenhado em erguer o *IV Reich* nas Américas a partir de Marechal Cândido Rondon.

Em 1975, Gasa e Seyboth enviaram uma carta pedindo retração da Revista Manchete que, na edição do dia 09 de agosto do mesmo ano,

também reproduziu a história conspiratória envolvendo seus nomes. Ambos afirmavam que era lamentável que a revista tivesse “sido vítima das tiradas sensacionalistas de ERICH ERDSTEIN, um misto de escroque e 007”⁷. Também enviaram carta ao diretor da revista Realidade, que, em edição de fevereiro de 1976, igualmente reproduziu a história. Gasa e Seyboth perguntaram a ele o porquê da revista não procurar “uma reportagem sobre a verdade? Ou a ‘Realidade’ não se identifica com a ‘Verdade?’”⁸.

Não foram apenas Lenard, Gasa e Seyboth que se manifestaram contra essas acusações. As celeumas causadas pela teoria conspiratória criada por Erdstein, relacionando Marechal Cândido Rondon com a criação do *IV Reich*, já haviam sido alvo de intervenções por parte dos políticos da cidade e região. No dia 12 de junho de 1968, o deputado federal paranaense Lyrio Bertoli, do partido Aliança Renovadora Nacional (ARENA-PARANÁ), pronunciou-se na Câmara dos Deputados, em Brasília, contestando as denúncias feitas por Erdstein e reproduzidas pelo *Jornal da Tarde*. O discurso de Bertoli foi intitulado de “Defesa de Nossa Terra, Nossa Gente e Nossa História”⁹. Outro político que se pronunciou sobre o caso foi o deputado Roberto Wypych, em sessão plenária do dia 11 de julho de 1968, na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Queremos aqui tratar, senhor presidente e senhores deputados, de uma escandalosa reportagem publicada no “Jornal da Tarde”, de São Paulo, em 1º de maio próximo findo, conteúdo mal cheiroso de um autêntico excremento jornalístico [...]. Às acusações de ressurreição do nazismo, de proteção a criminosos de guerra se mesclam com as mais soeses (sic) intrigas em que o conceito, reputação, a dignidade, a honra e o passado probo e correto de ilustres rondonenses são chafurdados

7 Trecho retirado da carta enviada por Gasa e Seyboth ao editor da revista Manchete. Mal. Cdo.Rondon, Pr., 8 de setembro de 1975. **À DIREÇÃO DA REVISTA MANCHETE – RIO DE JANEIRO.**

8 Trecho retirado da carta enviada por Gasa e Seyboth ao editor da revista Realidade. Mal. Cdo.Rondon, Pr., 6 de março de 1976. **À DIREÇÃO DA REVISTA REALIDADE – SÃO PAULO.**

9 BERTOLLI, Lyrio. **Em Defesa De Nossa Terra, Nossa Gente e Nossa História.** Discurso proferido na Câmara dos Deputados. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional. 12 de junho de 1968. Arquivo do Museu Histórico Willy Barth. In: STEIN (2000, p. 43).

na lama da peçonha destilada por pessoas inescrupulosas que não sabem avaliar a real valia de uma boa imprensa¹⁰.

Com a passagem de Erdstein pela cidade, em 1968, e a consequente publicação de suas “aventuras” pelo oeste paranaense no *Jornal da Tarde*, a sua vida começou a ser exposta pela imprensa local com o objetivo de deslegitimar as suas denúncias; estelionato, fraudes, cheques sem fundo, dívidas, pequenos calotes, entre outros, foram práticas costumeiras do agente da DOPS (O ESTADO DO PARANÁ, 1969, p. 8).

Compreende-se que o imaginário conspiratório do “novo perigo alemão”, analisado a partir de Marechal Cândido Rondon e do Vale do Itajaí, encontrou condições de produção no fato de ambas localidades, nas décadas de 1960 e 1970, serem compostos por cidadãos, na sua grande maioria, descendentes ou imigrantes de alemães, que mantiveram certas tradições culturais germânicas como a língua. Claramente, há aqui deduções influenciadas pelo imaginário conspiratório do “perigo alemão” existente desde a segunda metade do século XIX. Se antes esses imigrantes e descendentes alemães da América do Sul ajudariam a Alemanha em uma suposta dominação do continente, depois da Segunda Guerra Mundial, como se analisou, eles estariam empenhados em formar o *IV Reich*. Um “agravante” que preocupava, por exemplo, Erdstein era o fato de alguns dos seus habitantes terem participado da guerra compondo as tropas nazistas, como Gasa e Seyboth. Ainda mais quando se encontrava na cidade Ingrun Klagges, filha do homem que possibilitou a ascensão de Hitler ao poder na Alemanha. O que prevalecia era ideia generalizada do pós guerra de que essas pessoas levariam adiante a ideologia nazista, pois “uma vez nazista, sempre nazista” (MEINERZ, 2018).

Entretanto, existiram muitos outros autores que também representaram o “novo perigo alemão” afirmando, por exemplo, que Hitler estava vivo em algum lugar da América do Sul. Exemplo disso são as seis obras publicadas pelo brasileiro Roberto Botacini durante as décadas de 1960 e 1970. Quando o assunto sobre a presença de nazistas na América estava em

10 WYPYCH, Roberto. Correspondência enviada ao vereador Orlando dos Santos. Curitiba: 18 de julho de 1968. Museu Histórico Willy Barth. Toledo - Pr.

pauta no Brasil, os meios de comunicação não recorriam a historiadores acadêmicos para analisar o fato, mas sim ao “especialista” Botacini. Como foi o caso de uma entrevista sobre o tema para o jornal *O Globo*, na qual o autor alertava para o que chamava de “perigo nazista” (alemão), referindo-se à iminência do ressurgimento do nazismo, que já estava ganhando força em várias partes do mundo (MALTA, 2009, p. 26). As suas obras eram apresentadas como,

resultado de mais de vinte anos de experiência e pesquisa sobre o problema Nazi-Fascismo em todo o mundo, e reflete uma série de acontecimentos, que praticamente irão mudar a história do após guerra a partir de 1945, quando a cúpula do III Reich iniciou sua fuga rumo ao Continente Americano. Roberto Botacini, um dos mais categorizados e aceitos escritores sobre o problema, descreve numa linguagem simples e ao alcance de todos, os acontecimentos que até agora foram marginalizados do grande público leitor. Dispondo de preciosas fontes e manejando um apurado sentido seletor e de classificação, reconstitui a sub-história da sobrevivência e ressurgimento do Nazismo (BOTACINI, 1977, p. 3).

Botacini era adepto da suposição que tinha “apaixonado toda a Europa e o mundo”, ou seja, a fuga e a sobrevivência de Adolf Hitler na América do Sul, onde viveria ao lado de Eva Braun e de alguns fiéis oficiais e soldados remanescentes da Wehrmacht, encarregados de protegê-lo (BOTACINI, 1964, p. 27). Em suas seis obras o autor tece sua narrativa com base nesses fatos presentes no imaginário da época, que comprovariam a sobrevivência de Hitler e a conspiração para formar o *IV Reich* na América do Sul.

Três casos forneceram credibilidade e certa legitimidade aos escritos de Botacini (bem como Erdstein e Farago) e ao imaginário do “novo perigo alemão” na década de 1960, 1970 e 1980. O primeiro caso foi o do nazista Franz Stangl, um dos comandantes dos campos de extermínio de Treblinka e de Sobibor, na Polônia, preso em maio de 1967, em São Bernardo do Campo. O Segundo se refere ao austríaco Gustav Wagner, subcomandante do campo de concentração de Sobibor, que foi detido pela polícia de São Paulo, em 1978. O terceiro caso foi o do médico nazista Josef Mengele

quando, em 1979, sofreu um derrame enquanto nadava em uma praia de Bertiooga, litoral paulista, e morreu afogado (PASTOR DE CARVALHO, 2015). Esses três eventos ajudaram a cimentar ainda mais o imaginário do “novo perigo alemão” no Brasil e na América do Sul. Isso acontece porque os imaginários políticos estão inseridos em um meio no qual já existe uma certa predisposição, receptividade e verossimilhança com a realidade, a fim de que possam exercer alguma efetividade sobre as mentes humanas. Eles são atrativos porque elas começam com um grão de verdade envolto em fatos e em crenças sociais pré-existentes (a ideia do “perigo alemão” presente desde o início do século XX).

Muitos outros escreveram sobre o tema. Entre eles, Abel Basti (2014), Patrick Burnside (2000), Henry Cooper (2006), Carlos Napoli e Juan Salinas (2010), Jerome Corsi (2014) e Gerrard Williams e Simon Dunston (2011), foram alguns que se dedicaram a escrever sobre a suposta sobrevivência, vida e planos conspiratórios de Hitler em algum lugar da América do Sul.

Considerações finais

Hoje se sabe que a Alemanha nunca seguiu um plano concreto para anexar a América do Sul ao seu território, seja durante o *II* ou no *III Reich*, “utilizando-se, para tanto, das comunidades germânicas locais – embora isso fosse amplamente divulgado na mídia da época e nos relatórios dos enviados estadunidenses lotados na América Latina” (ATHAIDES; BERTONHA, 2021, p. 65). Muito menos que houve uma conspiração por parte dos criminosos nazistas fugitivos, ex-combatentes alemães e descendentes germânicos com o objetivo de formar um *IV Reich* a partir do continente sul-americano. Houve mais um perigo imaginário que um real. Isso não significa que a fantasia do “perigo alemão” não causou problemas. Pelo contrário, como analisado, esse imaginário afetou a vida de muitos alemães e seus descendentes que não representavam real perigo ao Brasil.

Contudo, pode-se refletir a partir das produções imaginárias do “novo perigo alemão”. Essas narrativas, que denunciavam a existência de uma conspiração para a formação do *IV Reich*, alertavam o mundo para que

os crimes nazistas não fossem esquecidos, pois insistiam em representá-los não apenas como vilões vencidos de uma era passada, mas uma ameaça permanente. Além disso, reverberava o medo de um possível retorno nazista ao poder e que esse medo foi uma presença constante na vida política, intelectual e cultural do Ocidente.

Trabalhar com a historicidade do “perigo alemão”, traçando a sua história, os seus usos e abusos, desde o início do século XX até os dias atuais, permite analisar que os medos, as incertezas, a insegurança e os temores do pós-guerra de um possível retorno dos nazistas ao poder também se baseavam em perigos reais, vide a presença de nazistas como Mengele, Barbie e Eichmann em países sul-americanos. Pesquisar os usos do desse perigo na vida política, cultural e intelectual do Ocidente no pós-guerra, ajuda a compreender como as pessoas recordam os doze anos da história do *III Reich* de uma forma não apenas passiva, mas também empregando essas memórias de forma ativa para moldar o futuro. Conforme Rosenfeld (2022), isso permite afirmar que o medo de um retorno nazista ao poder motivou iniciativas públicas para impedir que essa possibilidade viesse a se concretizar. “Sua existência no reino das ideias impediu sua concretização na realidade” (ROSENFELD, 2022, p. 16).

Referências bibliográficas

- AGUIAR, Sidney. B. Blackout e a Luftwaffe nazista: Algumas notícias da II Grande Guerra na cidade de Manaus - AM. **Em Tempo de Histórias**, [S. l.], v. 1, n. 33, p. 10–23, 2019. DOI: 10.26512/emtempos.v1i33.23543. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/23543> . Acesso em: 6 jun. 2023.
- ARBIVOHN. **O perigo prussiano no Brasil**. Rio de Janeiro: Typ. do “Jornal do Comércio”, 1914.
- ATHAIDES, Rafael. **Partido Nazista no Paraná (1933 – 1942)**. Maringá: Eduem, 2011.

- ATHAIDES, Rafael; BERTONHA, João. **O nazismo e as comunidades alemãs no exterior: o caso da América Latina**. Maringá: Edição Diálogos, 2021.
- BASTI, Abel. **Tras los pasos de Hitler: la investigación definitiva**. Buenos Aires: Planeta, 2014.
- BURNSIDE, Patrick. **El escape de Hitler**. Buenos Aires: Planeta, 2000.
- BOTACINI, Roberto. **O Nazismo sobrevive ao Terceiro Reich**. Ribeirão Pires: Editora Combrig, 1977.
- BOTACINI, Roberto. **Nazistas na América**. São Paulo: Livraria Exposição do Livro, 1964.
- CAMPELO LUCAS, Taís. Nazistas pelo Mundo: A Organização para o Exterior do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães. In: **OP SIS**, Catalão, v. 12, n. 2, p. 281-307 - jul/dez. 2012.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. (org). **Inventário Deops: Alemanha, módulo I**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1997.
- COOPER, Harry. **Escape from the bunker**. Canadá: Poisoned Pen, 2006.
- CORSI, Jerome. **Hunting Hitler: new scientific Evidence that Hitler Escaped Nazi Germany**. New York: Skyhorse Publishing, 2014.
- CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial**. Edusp, 2000.
- DUBY, Georges. **O Ano Mil**. Tradução de Teresa Matos. Lisboa: Edições 70, 1967.
- ERDSTEIN, Erich; BEAN, Bárbara. **Renascimento da Suástica no Brasil**. São Paulo: Círculo do Livro S.A., 1977.
- ERDSTEIN, E. **Criminosos de guerra no Brasil: sua localização e atividades no Estado do Paraná**. Curitiba, Dossiê n. 062-DOPS. Arquivo Público do Estado do Paraná. 1968.
- FABRIS, Pamela Beltramin. **“Nós, os selvagens, não reverenciamos os símbolos kaiserianos”**: conflitos em torno de uma identidade germânica em Curitiba (1890-1918) / Pamela Beltramin Fabris – Curitiba, 2014. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/36548/R%20-%20D%20-%20PAMELA%20BELTRAMIN%20FABRIS.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 1 jun. 2023.

- FARAGO, Ladislav. **Aftermath: Martin Bormann and the Fourth Reich**. New York: Simon and Schuster, 1974.
- FARAGO, Ladislav. **Aftermath: The Most Daring Manhunt of our Time. The Final Search for Martin Bormann**. 2ª edição. New York: Simon and Schuster, 1975.
- FERREIRA, J. Brasil, 1942: Estado e Sociedade contra o Reich. **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, v. 30, n. 2, p. 89-109, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/45577> . Acesso em: 06 jun. 2023.
- FRIEDMAN, Max Paul. **Nazis y buenos vecinos: La campaña de EE UU contra los alemanes de América Latina durante la II Guerra Mundial**. Madrid: Antonio Machado Libros, 2008.
- FRIEDMAN, Max Paul. Todos son peligrosos. Intervencionismo y oportunismo en la expulsión de los alemanes del Ecuador, 1941-1945. **Procesos, Revista Ecuatoriana de Historia**, Quito, n. 20, p. 79-98, 2004.
- GERTZ, René. **O Perigo Alemão**. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 1991.
- GERTZ, René. Brasil e Alemanha: os brasileiros de origem alemã na construção de uma parceria histórica. In: **TEXTOS DE HISTÓRIA**, Brasília: UnB, v. 16, n. 2, p. 119-149, 2008.
- GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- HILTON, Stanley. **A Guerra secreta de Hitler no Brasil: a espionagem alemã e a contra-espionagem aliada no Brasil, 1939-1945**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.
- ISSIT, Micah. Conspiracy Theories: An Overview. In: MCCAFREEY, Paul. The Reference Shelf: **Conspiracy Theories**, v. 84, n. 1. 2012.
- JACKISH, Carlota. Cuantificación de criminales de guerra según fuentes argentinas. In: CEANNA. **Comisión para el Esclarecimiento de las Actividades del Nazismo en Argentina**. Informe Final. Argentina, 1999.
- JORNAL DA TARDE. **Onde está nascendo o IV Reich**. São Paulo, SP. 18 de maio de 1968, p. 10.
- KOIFMAN, Fábio. **Imigrante Ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2012.

LEFEBVRE, Georges. **O Grande Medo de 1978**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. **Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil**. Campinas : Editora da UNICAMP/FAPESP, 1998.

MALTA, Renata. **O Espetáculo Midiático: da era da Informação à Sociedade dos Sonhos pelos caminhos do Fantástico**. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade Estadual Paulista, Bauru, São Paulo, 2009.

MCKALE, Donald M. **The Swastika outside Germany**. Kent: Kent University Press, 1977.

MEINERZ, Marcos. **O Reich de mil anos: o imaginário conspiratório da sobrevivência nazista após a Segunda Guerra Mundial**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

MELO, João Wilson Mendes. **A cidade e o trampolim**. Natal: Sebo Vermelho, 2003.

MORAES, Luís Edmundo de Souza. **Ein Volk, Ein Reich, Ein Führer! A Seção Brasileira do Partido Nazista e a Questão Nacional**. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.

MORAES, Luís Edmundo de Souza. NSDAP no Brasil: problemas de pesquisa. In: Mauricio Parada (Org.). **Fascismos: Conceitos e Experiências**. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2008.

NÁPOLI, Carlos e SALINAS, Juan. **Ultramar Sul: a última operação secreta do Terceiro Reich**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

O ESTADO DO PARANÁ. Curitiba, Pr. 13, 14, 15 e 16 de dezembro de 1967.

O ESTADO DO PARANÁ, Curitiba, Pr. Quarta-feira, 26 de fevereiro de 1969.

OESTE. O IV Reich em Rondon. Cascavel, nº 65, outubro de 1991.

Oeste. Entrevista: Recordações do III Reich. Cascavel, abril de 1993, nº 81.

PASTOR DE CARVALHO, Bruno Leal. Fake News: do passado ao presente. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla. **Novos combates pela história**. São Paulo: Contexto, 2021.

PERAZZO, Priscila. **O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo**. São Paulo: Divisão de arquivos do Estado, 1999.

PEREIRA, Márcio José. Politizando o cotidiano: repressão aos alemães em Curitiba durante a Segunda Guerra Mundial. 2010. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/2971> Acesso em: 1 jun. 2023.

PEREIRA, Márcio José. Sentimentos, ressentimentos e violência: a ação da polícia política no Paraná em relação aos indivíduos de origem germânica (1942 - 1945) - Tese de Doutorado - Curitiba, 2017, 283f. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/46318/R%20-%20T%20-%20MARCIO%20JOSE%20PEREIRA.pdf?sequence=1> Acesso em: 1 jun. 2023.

RAMBO, Arthur Blásio. Nacionalidade e etnia. In: MAUCH, Cláudia. **Os alemães no sul do Brasil**. Canoas: Ed. ULBRA, 1994.

RINKE, Stefan. Alemanha e Brasil, 1870-1945: uma relação entre espaços. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/hcsm>. Acesso em: 1 jun. 2023.

ROMERO, Sílvio. **O allemanismo no Sul do Brasil**: seus perigos e meios de os conjurar. Rio de Janeiro: Typ. Heitor Ribeiro & C., 1906.

Rondon Hoje. Borman mora em Rondon? Marechal Cândido Rondon, de 10 a 17 de julho de 1978.

ROSENFELD, Gavriel. **O Quarto Reich**: da Segunda Guerra Mundial aos dias de hoje, a ameaça do fantasma do nazismo e o avanço da extrema direita autoritária. São Paulo: Editora Cultrix, 2022.

SAMPAIO, C. N. A Bahia na II Guerra Mundial. **Revista da Academia de Letras da Bahia**, Salvador, v. 40, p. 135-156, 1996.

SANDER, Roberto. **Brasil na mira de Hitler**: a história do bombardeio de navios brasileiros pelos nazistas. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

STEIN, Marcos. **A Construção do discurso da germanidade em Marechal Cândido Rondon (1946-1996)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2000.

STUTTGARTER ZEITUNG, nº. 84, de 9 de abril de 1968, p. 3. Tradução: EIMER, Edith Sophia. Junho/1986.

VOGT, Olgario Paulo. O Alemanismo e o “Perigo Alemão” na Literatura brasileira da primeira metade do século XX. In: **Signo**. Santa Cruz do Sul, v. 32 n 53, p. 225-258, dez, 2007.

WILLIAMS, G.; DUNSTAN, S. **The Grey Wolf**: the escape of Adolf Hitler. United Kingdom: Sterling, 2011.

WHITING, Charles. À caça de Martin Bormann. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.